

BOLETIM CRIMINAL DO MARANHÃO

V. 3, N. 2, 2022

PACTO PELA PAZ



SEPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS



WWW.IMESC.MA.GOV.BR

APRESENTAÇÃO

O Boletim Criminal do Maranhão tem o objetivo de disseminar dados e informações para subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de prevenção, controle e combate à violência no estado do Maranhão. A presente edição do Boletim traz como foco as ações, os resultados e os desafios enfrentados pelo Programa Pacto Pela Paz do Governo do Maranhão.

Boa leitura!



1. PROGRAMA PACTO PELA PAZ

O Brasil apresenta-se como um dos países mais violentos, representando cerca de 13% da taxa total de homicídios no mundo (Instituto Igarapé, 2016). Esse cenário amplia a importância de programas e políticas públicas que abarquem diferentes fatores, como dinâmicas territoriais e sua influência sobre as taxas de homicídios, pessoas mais propensas a ser vítimas de crimes violentos, violência policial e a proliferação de territórios dominados pelo tráfico. Nesse contexto, no plano internacional, surgem experimentos de políticas em segurança pública em cidades como, Nova Iorque, Bogotá, Medellín e Cidade Juárez.

No Brasil, a partir dos anos 2000, estados e municípios brasileiros intensificaram a introdução de políticas e ações inovadoras, como: o Infocrim (2000), em São Paulo; o Programa “Fica Vivo!” (2002) e o Igesp (2008), em Minas Gerais; o Pacto pela Vida (2007), em Pernambuco; as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) (2008), no Rio de Janeiro; o “Paraíba Unidos pela Paz” (2011); o “Estado Presente” (2011), no Espírito Santo; Pacto Pela Paz (2015), no Maranhão.

A instituição do Programa Pacto pela Paz pelo Governo do Maranhão surge com o objetivo de “promover e apoiar esforços das instituições públicas, entidades da sociedade civil e cidadãos, visando à redução da violência e à difusão de uma cultura da paz, do respeito às leis e aos direitos humanos” (Lei Estadual nº 10.387/2015).

Considerando diferentes perspectivas, apresenta-se a seguir, as ações, os resultados e os desafios enfrentados pelo Programa Pacto Pela Paz no período de 2015 a 2022.

2. O PACTO PELA PAZ

A partir de 2015, o Governo do Estado do Maranhão passou a entender que a violência não deve ser analisada de um ponto de vista meramente de punição, uma vez que a superação da situação de violência, exige a combinação do fortalecimento das condições de intervenção do Sistema de Segurança Pública, a partir de aumento do efetivo, melhoria da infraestrutura e na capacidade de planejamento e inteligência, em paralelo à implementação de políticas públicas de inclusão social.

O Programa prevê, no âmbito da Segurança Pública, ações de promoção do bem estar da população por meio da efetivação de uma polícia de proximidade.

Por conseguinte, o Pacto Pela Paz prevê a ampliação do efetivo policial, a valorização à carreira policial, capacitação permanente dos agentes de segurança pública na filosofia de polícia de proximidade e o reaparelhamento das unidades policiais, sejam civis ou militares.

O programa objetiva promover a aproximação entre policiais e cidadãos, bem como reduzir os indicadores de criminalidade a partir da ação policial qualificada. No âmbito social, estão previstas ações voltadas para aproximar os agentes policiais da população de áreas de risco, de modo a reafirmar direitos e dar acesso a serviços públicos essenciais.

3. DINÂMICA DOS CRIMES VIOLENTOS NO MARANHÃO

Após dez anos de ampliação progressiva dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), o Maranhão registrou uma redução significativa das ocorrências dos casos a partir de 2015. No período de 2015 a 2021, o decréscimo na taxa de CVLI foi de aproximadamente 11,6% (**Gráfico 1 e Figura 1**).

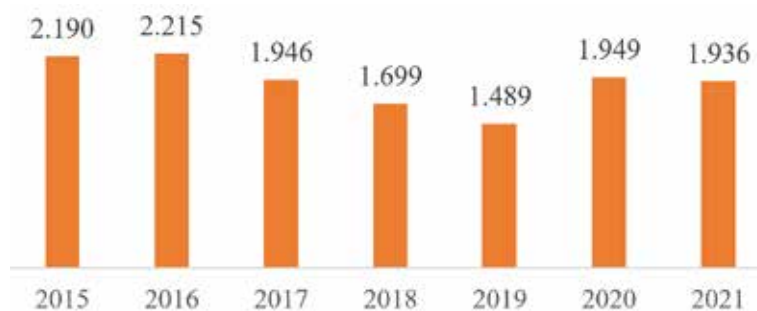
A redução dos CVL no Maranhão vem acompanhada de um movimento de dispersão dos casos em municípios da região central e oeste do estado como Imperatriz e Presidente Dutra. Ao mesmo tempo, observa-se desconcentração das ocorrências registradas na capital maranhense. De modo geral, ainda há uma associação positiva entre a quantidade de casos e a grande concentração populacional e os grandes centros urbanos do estado.

Destaca-se que a capital maranhense reduziu 63,5% de incidência das ocorrências de CVLI no período em análise. Como resultado, São Luís foi a única capital do Nordeste brasileiro a deixar a lista das 50 cidades mais violentas do mundo desde 2017.

Contudo, seguindo uma tendência nacional, verifica-se que após três anos consecutivos de diminuição dos registros de homicídios, o Maranhão apresentou elevação das ocorrências no ano de 2020 (SSP, 2020).

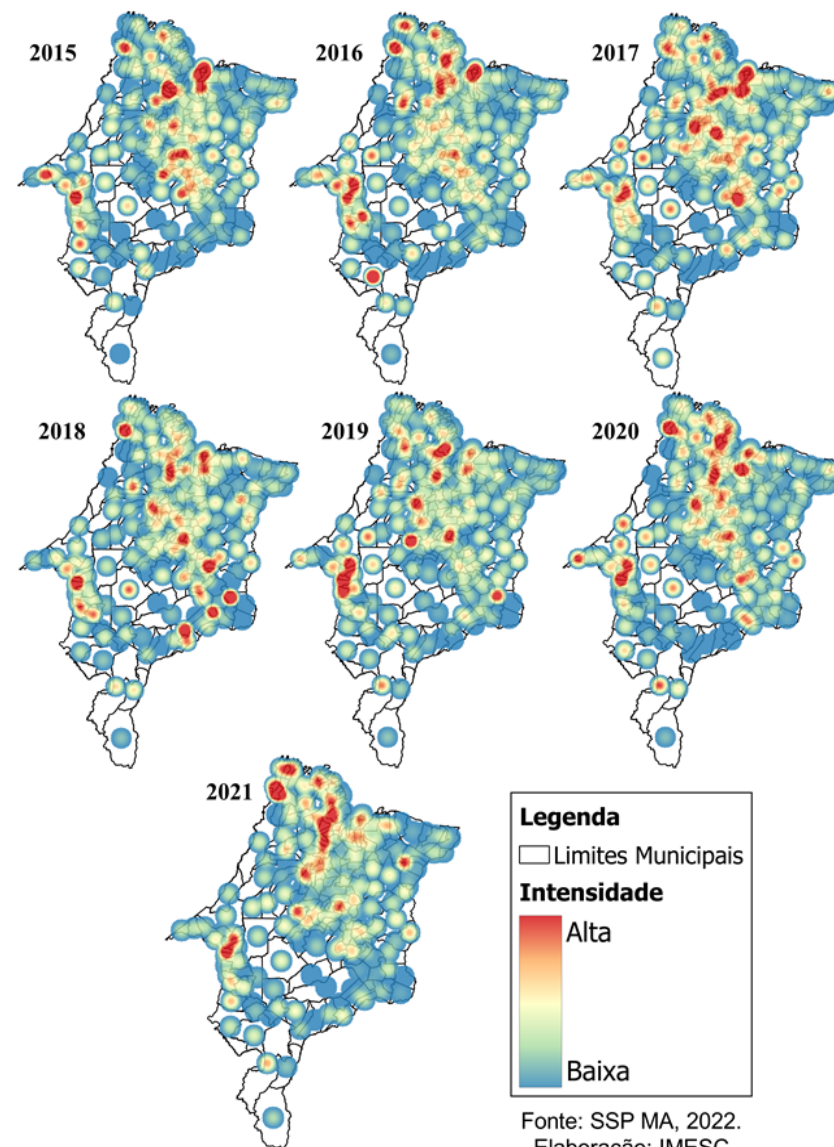


Gráfico 1: Quantitativo de CVLI no Maranhão de 2015 a 2021



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da SSP (23/11/2022)

Figura 1: Concentração de Crimes Violentos Letais Intencionais no Maranhão de 2015 a 2021



Fonte: SSP MA, 2022.
Elaboração: IMESC



3.1 EFETIVO POLICIAL

Com relação às ações de **Valorização e Capacitação dos profissionais da segurança pública**, destacam-se as nomeações de novos policiais civis, militares e bombeiros.

Ao longo desses anos foram efetivados **5.063 policiais** (SSP, 2021) por meio de concurso e vestibular para Curso de Formação de Oficiais (Tabela 2).

No ano de 2019, o Maranhão alcançou o maior contingente de policiais da sua história, com mais de 15 mil profissionais. Ressalta-se, também, a valorização dos profissionais da Segurança Pública, por meio de **13.156** promoções de policiais militares e bombeiros militares no período de 2015 a 2021.



3.2 PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

No que se refere à **Prevenção da Criminalidade** destaca-se a criação dos **Conselhos Comunitários pela Paz** em áreas identificadas como críticas. Por meio desses conselhos, ficou estabelecido um espaço para a participação social no planejamento das ações que possam combater a criminalidade.

Apresenta-se na **Tabela 2** alguns resultados do programa Pacto Pela Paz, por meio das Ações Cívico-Sociais (ACISO) que representam o um conjunto de atividades de caráter programado de assistência e auxílio às comunidades.

Tabela 1: Efetivo Policial no Maranhão de 2014 a 2020

Ano/Efetivo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Policial Militar	6.786	8.492	9.022	10.140	11.339	11.588	11.588
Policial Civil	2.170	2.277	2.189	2.125	2.133	2.230	2.230
Bombeiros	1.313	1.431	1.496	1.491	1.580	1.580	1.514

Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da SSP (2022)

Tabela 2: Políticas Sociais do Pacto pela Paz de 2016 a 2021

Políticas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Nº de Conselhos Comunitários instituídos pela Paz	36	18	25	41	1	23	144
Nº de participantes em eventos (seminários, palestras, capacitações)	1.602	1.801	613	217	1.350	N/I	5.583
Nº de ações sociais (ACISOs) realizadas	3	3	3	3	0	0	12
Nº de pessoas atendidas nas ACISOs							50.000

Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da SSP (2022)

3.3 PATRULHA MARIA DA PENHA

A **Patrulha Maria da Penha** foi instituída pelo Decreto nº 31.763/2016, e tem como objetivo “acompanhar e atender as mulheres em situação de vulnerabilidade, vítimas de violência doméstica e familiar, bem como fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência”. A partir de 2017, a ação foi ampliada e atualmente está em dez **municípios** (Balsas, Caxias, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Paço do Lumiar, Raposa, São Luís, São José de Ribamar, Santa Inês e Timon).

A **Figura 2** traz informações relacionadas à patrulha já realizada no período.



3.4 INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Sistema Penitenciário Maranhense está distribuído nas regiões do estado, com 46 Unidades Prisionais e 8 Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), instaladas em 31 municípios. Com a construção de 9 novas Unidades Prisionais e criação de 2 novas APACs, além de, reforma e ampliação de outros 42 estabelecimentos penais, foram criadas **6.456 novas vagas**, no período de 2015 a 2021, o que contribuiu na descentralização das ações das políticas de Segurança Pública.

No período de 2018 a 2021, houve redução de 21,8% na taxa de ocupação, devido as entregas de novas vagas e da diminuição da população carcerária em 5% de 2019 para 2021, **influência direta da Pandemia da COVID-19** (Gráfico 2).

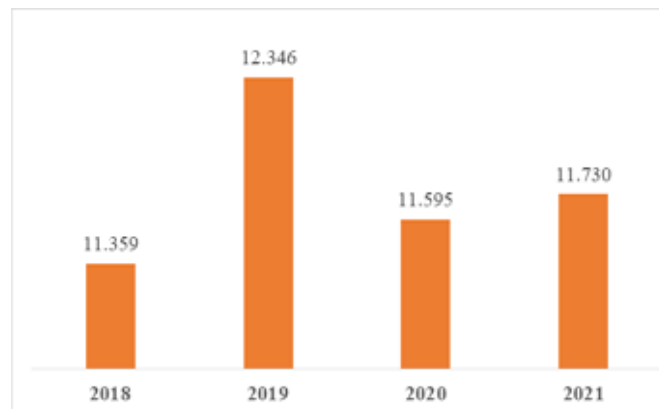
Figura 2: Resultados da Patrulha Maria da Penha de 2016 a 2021

PATRULHA MARIA DA PENHA



Fonte: SEAP; Elaborado por IMESC, 2022

Gráfico 2: Quantitativo de pessoas com privação de liberdade do Maranhão de 2018 a 2021



Fonte: Elaborado por IMESC, a partir de dados da SSP (2022)



3.5 EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

De acordo com o INFOPEN (2016), 75% das pessoas privadas de liberdade (PPL) no Brasil são analfabetos ou possuem até o ensino fundamental completo. Isto foi um dos fatores que fomentaram o surgimento do Programa Rumo Certo, instituído em 2017, no Maranhão. A finalidade do Programa é elevar o nível de escolaridade e profissionalização dos reeducandos. Além dos internos, também são beneficiários desse programa familiares, egressos e servidores penitenciários.

Como resultado segundo a SEAP, ao longo de 2021, cerca de 15 mil reeducandos participaram de atividades educacionais e, atualmente, **o índice de analfabetismo é de 0% no Sistema Prisional Maranhense** (Tabela 3). Destaca-se ainda, o aumento de inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) entre a população carcerária no Maranhão, totalizando 2.852 inscritos em 2020, com o consequente aumento do número de beneficiários com acesso ao ensino superior.



3.6 TRABALHO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

A SEAP, em parceria com outras secretarias e instituições públicas, coordena o programa **Trabalho com Dignidade** que compreende a profissionalização das pessoas privadas de liberdade. O programa garante o acesso ao trabalho, além de otimizar recursos públicos a partir da adoção de frentes de trabalho com mão de obra carcerária.

No período de 2019 a 2021, por exemplo, os internos produziram **mais de 2 milhões de blocos de concreto** (nas 73 fábricas de blocos) para pavimentação de ruas e praças da capital e do interior, gerando uma economia de 65% se comparado aos valores de mercados, para a realização desses serviços.

Ressalta-se que o número de vagas laborais aumentou 346,8% entre a população carcerária, de 2017 a 2021 (Figura 3).

Tabela 3: Taxa de Analfabetismo no Sistema Prisional de 2014 a 2020

ANO	ABSOLUTOS	%
2014	632	12,0
2015	848	12,6
2016	1.060	12,9
2017	898	9,4
2018	837	7,4
2019	811	6,8
2020	857	7,4

Fonte: Infopen/DEPEN/MJ. SED/SAAHP/SEAP
Elaborado por IMESC, 2021

Figura 3: Produções no sistema carcerário de 2018 a 2021



Fonte: SEAP; Elaborado por IMESC 2022



4. CONSIDERAÇÕES

No ano de 2015, o Governo do Estado do Maranhão lançou o Programa Pacto pela Paz (Lei Estadual nº 10.387), com o objetivo principal de promover a paz social, a cultura dos direitos humanos e o respeito às leis. As principais ações do Programa foram a instituição e o protagonismo dos Conselhos Comunitários pela Paz, Patrulha Maria da Penha, Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs, profissionalização/educação da população carcerária, efetivação e capacitação dos profissionais da segurança pública.

Os resultados das ações foram o aumento do efetivo de policiais no Maranhão nos últimos oito anos, a ampliação da infraestrutura do sistema penitenciário, com consequente aumento e interiorização de vagas, e a redução dos índices de criminalidade no estado. No período de 2015 a 2021, a taxa de CVLI sofreu redução de 11,6%. Em decorrência da redução dos crimes violentos, São Luís foi a única capital do Nordeste a sair da lista das 50 cidades mais violentas do mundo.

Destacam-se também os resultados das políticas públicas de educação e capacitação no sistema penitenciário. Ao longo de 2021, cerca de 15 mil reeducandos participaram de atividades educacionais e, atualmente, a SEPAT estima que o índice de analfabetismo é de 0% no Sistema Prisional Maranhense. O número de vagas laborais aumentou 346,8% entre a população carcerária, de 2017 a 2021, com formação de profissionais nas atividades de canteiros agrícolas, marcenaria, malharia, sealheria e pré-moldados.

Dentre o processo do Programa Pacto pela Paz, evidencia-se o papel do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) no monitoramento dos resultados do programa, por meio da celebração de um convênio entre o IMESC e a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA).

A partir do papel instituído ao IMESC, o Instituto apresentou as seguintes atividades e resultados:

- Construção de um Banco de dados: coleta, tratamento e processamento dos dados de CVLI e Crimes Violentos Não Letais Intencionais (CVNLI) para o Maranhão, municípios e bairros de São Luís;
- Elaboração de um diagnóstico da segurança pública da Ilha Upaon-Açu e de um Relatório de Dinâmica Espacial dos Crimes Violentos no Município de São Luís;
- Construção da Plataforma Francisca das Chagas com a disponibilização do mapeamento interativo dos casos de violência contra a mulher na capital;
- Celebração de convênio com o Batalhão Tiradentes, com o intuito de obter acesso aos dados relacionados a assaltos a coletivos dos municípios da Ilha, dando suporte para operações especiais da polícia para combate aos assaltos a ônibus;
- Elaboração de Boletins Criminais, apresentando o resultados do Pacto Pela Paz, em suas mais diversas faces: Assaltos a Coletivo no município de São Luís; Sistema Penitenciário; Violência contra Crianças e Adolescentes; Crimes Violentos Letais;
- Celebração de parceria entre o IMESC e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA), a Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) para o lançamento do projeto "Indicadores do Cárcere", com o objetivo de mensurar a efetividade do sistema carcerário maranhense.

Tendo em vista os resultados alcançados, o Programa Pacto pela Paz apresentou-se como uma iniciativa de sucesso no Estado do Maranhão que, a pesar de suas limitações, alcançou os objetivos propostos.

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

Luis Fernando Moura da Silva

**PRESIDENTA DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS**

Talita Nascimento de Sousa Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

José de Ribamar Carvalho dos Santos

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Rafael Thalysson Costa Silva

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS

Marlana Portilho

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS

Raphael Bruno

**DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS
PÚBLICAS**

Anderson Nunes Silva

COORDENAÇÃO

Diretoria de Estudos e Pesquisas -DEP

REVISÃO TÉCNICA

Talita Nascimento de Sousa Carvalho

Rafael Thalysson Costa Silva

ELABORAÇÃO

Dayana Serra Maciel

Janderson Rocha Silva

Silas Nogueira de Melo

Thales de Sá Ximenes

Yata Anderson Gonzaga Masullo

REVISÃO DE LINGUAGEM

Rodrigo Oliveira

Carla Vitória Mendes

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

CAPA / DIAGRAMAÇÃO

Carlíane Sousa

REFERÊNCIAS

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf . Acesso em: 08 maio 2019.CERQUEIRA, D; MOURA. R. **Custo da juventude perdida no Brasil**. Instituto de Pesquisa Economicas Aplicadas- IPEA. Rio de Janeiro, 2013.CHESNAIS, J. C. **A Violência no Brasil. Causas e recomendações políticas para a sua prevenção**. *Ciênc. saúde coletiva*. vol.4, n.1, pp.53-69. ISSN 1678-4561, 1999.Confederação Nacional dos Municípios. **Homicídios por arma de fogo no Brasil**. Brasília, abril de 2010.FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Rio de Janeiro, 2019Juventude Perdida. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf . Acesso em: 08 maio 2019.SHERMAN, L. W. The rise of evidence-based policing: Targeting, testing, and tracking. **Crime and justice**, v. 42, n. 1, p. 377-451, 2013.

BOLETIM CRIMINAL DO MARANHÃO

PACTO PELA PAZ

IMESC SEPLAN



WWW.IMESC.MA.GOV.BR